

223 Atributos do texto oficial 1 – Clareza

Gotas da Língua
Portuguesa

EJEFO | TJMG

A pergunta da vez

Como escrever textos oficiais/jurídicos que sejam facilmente compreensíveis à maioria dos seus leitores?

Uma gota de gramática

Os textos oficiais/jurídicos possuem uma série de atributos específicos que devem ser assegurados, a fim de se realizar um processo comunicativo satisfatório. Isso porque, dado o caráter informativo desse tipo de produção, é fundamental que os leitores, independentemente de classes sociais e níveis de estudo, compreendam o conteúdo.

O atributo dos textos jurídicos abordado neste *Gotas* é o da clareza, previsto, dentre outros, pela Lei Complementar nº 95/1998. Nela, são destacadas diversas orientações para que o texto oficial seja redigido com clareza, de modo a facilitar o processo de interpretação.

Observe o que a Lei Complementar nº 95/1998 recomenda, para se atingir clareza:

- a) usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando;
- b) usar frases curtas e concisas;
- c) construir as orações na ordem direta, evitando preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis;
- d) buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto das normas legais, dando preferência ao tempo presente ou ao futuro simples do presente;
- e) usar os recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos de caráter estilístico.

Veja exemplos de construções que podem ser confusas, ao se distanciarem dessas orientações acima:

- 1 - A fim de resolver determinadas questões, eles combinaram de se encontrar no banco (banco de praça ou instituição financeira?).
- 2 - O filho avisou à mãe que estava chegando em casa (o filho estava chegando em casa ou sua mãe?).
- 3 - A vítima alegou ter visto a ré acompanhada de seu irmão (quem estava acompanhada era a vítima ou a ré? O irmão era da ré ou da vítima?).

E um exemplo de construção longa com orações subordinadas:

1 - “Assim, entendo que as alegações sustentadas pela parte autora, no sentido de atribuir responsabilidade aos réus pelo pagamento de aluguéis vencidos e pelos danos ao imóvel em razão de terem figurado no contrato como fiadores da obrigação assumida pela locatária, são suficientes para conferir legitimidade aos apelados para responderem à presente ação, sendo, por outro lado, o reconhecimento ou não do direito matéria afeta ao mérito do pleito formulado na inicial” (Apelação Cível nº 1.0000.20.533231-5/002, *DJe* de 21/03/2022).

Questões bem práticas para você

Leia as construções abaixo e procure torná-las mais claras, seguindo as orientações da Lei Complementar nº 95/1998:

- 1) “Os requeridos, Bernadeth e outros, apresentaram contestação na qual alegam, em essência, que foi formalizado contrato de compra e venda do imóvel objeto dos autos, em que ficou pactuado que o valor remanescente à quitação da dívida trabalhista deveria ser pago de forma individualizada a cada herdeiro, de acordo com os seus quinhões, no prazo de cinco dias a contar da baixa da restrição trabalhista sobre a matrícula do bem, sob pena de imposição de multa de 10% sobre o valor do contrato.”
- 2) “[...] na época de casados, usavam 03 lojas para o comércio da família de materiais de construção; [...]”
- 3) “[...] acha que uma das lojas era integralmente do pai do requerido, outra loja era inteiramente da J., irmã do requerido, e a terceira loja era 50% do requerido, não sabendo na verdade precisar se a terceira loja era apenas parte dele ou 100%; [...]”

RESPOSTAS (sugestões)

- 1) “Os requeridos apresentaram contestação na qual alegam que foi formalizado contrato de compra e venda do imóvel objeto dos autos. No acordo, ficou pactuado que o valor remanescente à quitação da dívida trabalhista deveria ser pago a cada herdeiro de forma individualizada e de acordo com os seus quinhões, no prazo de cinco dias a contar da baixa da restrição trabalhista sobre a matrícula do bem, sob pena de imposição de multa de 10% sobre o valor do contrato.”
- 2) “[...] na época de casados, usavam três lojas da família para o comércio de materiais de construção; [...]”
- 3) “[...] acha que uma das lojas era integralmente do pai do requerido e outra era inteiramente de J., irmã do requerido. Além disso, acha que 50% da terceira loja era do requerido, não sabendo precisar se apenas parte desta era dele ou 100%; [...]”